

Pesquisas stricto sensu em e relativas à Educação em Direitos Humanos no Brasil: um panorama do estado da arte (2006-2018)

Matheus Estevão Ferreira da Silva;
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Como citar: SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M. Pesquisas stricto sensu em e relativas à Educa o em Direitos Humanos no Brasil: um panorama do estado da arte (2006-2018) In: BRABO, T. S. A. M.(Org). Direitos Humanos, g nero, cidadania e educa o. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 407-428. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p.407-428>



PESQUISAS *STRICTO SENSU* EM E RELATIVAS À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: UM PANORAMA DO ESTADO DA ARTE (2006-2018)

*Matheus Estevão Ferreira da Silva*¹
*Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo*²

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, expõe-se os resultados de um levantamento em base de dados realizado a partir da técnica de pesquisa *estado da arte* (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006; PENITENTE, 2013; MACIEL,

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: matheus.estevao2@hotmail.com

² Professora Associada junto ao Departamento de Administração e Supervisão Educacional (DPSE) e ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: tamb@terra.com.br

2014; MARIANO, 2014; SILVA, 2020), em que se procurou conhecer a produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre a educação em direitos humanos (EDH) e situá-la no campo de estudos homônimo, Educação em Direitos Humanos (em iniciais maiúsculas), que tem se consolidado nos últimos anos.

A educação em direitos humanos é uma política pública educacional em vigência no país desde o ano de 2006, promulgada com a publicação *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH), cuja elaboração foi iniciada em 2003 e finalizada em 2006 (BRASIL, 2007) com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, e, mais adiante, atualizado em 2013 (BRASIL, 2013). Este foi uma das principais articulações do Estado para a garantia do ensino e discussão das diretrizes que compõem os direitos humanos, nos diferentes níveis de ensino. Em 2012, com a publicação das *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos* no Diário Oficial da União (BRASIL, 2012), um avanço maior ocorreu para a inserção do tema em cursos de todos os níveis de ensino e em todas as áreas do conhecimento, como é proposto no documento.

Sobre a pesquisa em educação em direitos humanos, Silva (2012) ressalta que nos últimos anos, a datar das primeiras manifestações para a elaboração do PNEDH de 2006 e do lançamento de editais públicos para fomento pelo Governo Federal, o tema de EDH tem avançado continuamente na Educação Superior, considerando-se o tripé *ensino, pesquisa e extensão*. No aspecto de pesquisa, a escolha da EDH como objeto de pesquisa tem aumentado à medida que ambos outros aspectos, ensino e extensão, também passam a contemplá-la em suas atividades, ainda assim, sob forte influência da institucionalização de Grupos de Estudos e Pesquisas nas Universidades e demais Instituições de Ensino Superior (IES) e, conseqüentemente, da contratação de docentes que têm o tema da educação em direitos humanos em seu escopo de pesquisa.

Os avanços no Ensino Superior são notados na oferta de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado); formação da rede de educadores em direitos humanos como forma de capacitação, com produção de material

didático específico em 16 Estados da Federação brasileira; criação de Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos com a participação direta das universidades; institucionalização de núcleos de estudos e pesquisas nas universidades para tratar de temáticas voltadas para educação em direitos humanos. Essas ações tiveram predominância na última década e foram estimuladas por editais públicos promovidos pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. (SILVA, 2012, p. 43-44).

Notadas as recentes mobilizações no âmbito da Educação Superior para a consolidação da educação em direitos humanos nesse nível de ensino, Zenaide (2010, p. 76) chama a atenção sobre o PNEDH, enquanto documento de referência, “subsidiar a inclusão dos direitos humanos nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciaturas ou de cursos em que o exercício profissional demande o conhecimento prévio dos direitos humanos”, em que a EDH esteja presente em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* ou *latu sensu*. Assim, com as referidas mobilizações, vê-se algum atendimento do que é previsto no PNEDH e, enquanto documento normativo, nas DNEDH.

Viola (2010, p. 36-37) concorda com esse diagnóstico de implementação da educação em direitos humanos na Educação Superior ao ressaltar que:

Nas universidades, tanto públicas como privadas, o plano nacional tem sido implementado através da realização de seminários, congressos, palestras e cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todo o território nacional. Já existem, também, experiências acadêmicas consolidadas de criação de disciplinas tanto no campo jurídico quanto nas áreas das ciências humanas e das ciências da educação. Ao mesmo tempo aumenta o número de Núcleos e Cátedras, algumas delas conveniadas com a Unesco, voltadas especificamente para o estudo, a divulgação, e a pesquisa em direitos humanos. Na pós-graduação, o tema se institui com uma intensidade crescente, conforme demonstram os anais do V Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). São numerosos os programas de pós-graduação que possuem disciplinas e linhas de pesquisa

específicas sobre direitos humanos, e, inclusive, sobre educação em direitos humanos. Através de iniciativas de diferentes universidades cresce o número de programas específicos de pós-graduação em Direitos Humanos, como aqueles que estão sendo construídos na Universidade Nacional de Brasília, na Universidade Federal de Goiás e na Universidade Federal de Pernambuco. De outro lado, se consolidam alguns Programas como os desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a consolidação da educação em direitos humanos na Educação Superior, nos aspectos curricular (ensino), de extensão e de pesquisa, cumprindo-se o que já se encontra previsto burocraticamente (BRASIL, 2007; 2012; 2013), pode não só formar profissionais das mais variadas áreas do conhecimento sob as suas premissas (ressaltadas nos tópicos anteriores do capítulo), como também pode contribuir para a própria produção do conhecimento em direitos humanos e educação em direitos humanos, em quaisquer que sejam as abordagens teóricas ou áreas disciplinares.

Segundo Matos (2013, p. 105):

Realizando tais atividades, a Educação Superior foca-se na criação, na produção de conhecimento e na busca do saber. Estas atividades, entretanto, embora tenham objetos formais que as reidentificam, não são excludentes. Ao contrário, concretizam a missão da instituição universitária. Assim, ela é, permanentemente, instada a um esforço continuado nas pesquisas para a produção de conhecimentos e a desenvolver sua criatividade para difundir o conhecimento e a ação em um âmbito maior do que a própria universidade. Por essa razão, ocupa-se da produção e disseminação de conhecimentos novos. Tal esforço significa o cumprimento de um dever social que é disseminar competentemente o conhecimento produzido de forma que possa fornecer proposições, contribuir para o desenvolvimento humano, social, científico e tecnológico, e promover inovação.

Portanto, aqui “[...] é nosso foco a discussão da pesquisa em Educação em Direitos Humanos [...]” como também é para Matos (2013, p. 97): “[...] queremos pensá-la como produção social, em contextos sociopolíticos específicos, sofrendo os impactos do tempo e espaço onde se tecem. O interesse em investigá-la parte de uma consciência histórica que considera os contextos socioculturais, políticos e econômicos”. Logo, foi no intento da inteligibilidade da produção do campo de Educação em Direitos Humanos, organizando-a de forma a tornar possível a compreensão de seu estado atual e trajetória dentro de um período temporal eleito, que partiu nossa investigação. Conseqüentemente, pôde-se identificar a posição que nossa pesquisa ocupa nessa mesma produção investigada.

Porém, antes, buscou-se publicações de outras pesquisas que já tiveram a produção acadêmica em educação em direitos humanos como objeto de estudo. Atendo-se ao recorte de pesquisas provenientes de programas de pós-graduação *stricto sensu*, descobrimos que nosso levantamento da produção se trata de uma continuidade de dois outros levantamentos (por sua vez, preliminares) respectivos a duas pesquisas anteriores. A primeira se trata da pesquisa realizada por Vivaldo (2009) na qual reuniu os trabalhos que encontrou no período de 1995 a 2008 que abordam a temática de educação em direitos humanos. O autor (2009) dispôs os trabalhos cronologicamente em um quadro segundo referência bibliográfica, o qual pode ser conferido abaixo.

Quadro 1 – Referências das teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no período de 1995-2008 sobre a educação em direitos humanos, reprodução do quadro elaborado por Vivaldo (2009)³

SILVA, H. P. Educação em direitos humanos: conceitos, valores e hábitos: exame teórico-prático . Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – Educação, São Paulo, 1995.
--

BERWIG, A. Cidadania e direitos humanos na mediação da escola . Dissertação (Mestrado), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Educação nas Ciências, Ijuí, 1997.
--

³ Título de nossa autoria para nomear quadro, uma vez que não foi disponibilizado pelo autor (2009) um título descritivo em seu trabalho.

SILVA, A. M. M. A Escola e a formação da cidadania: limites e possibilidades. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – Educação, São Paulo, 2000.
BARALDI, T.C.A. A educação em direitos humanos para policiais civis – perspectivas e propostas metodológicas. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual. Paulista Júlio de Mesquita Filho – Marília – Educação, Marília, 2001.
MORGADO, P. P. L. Saberes Docentes na Educação em Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – RJ – Educação, Rio de Janeiro, 2001.
VASCONCELOS, K. F. Pegando água com a peneira! Educação e Direitos Humanos. Possibilidade ou despropósitos. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília – Educação, Brasília, 2003.
MOHAMAD, N. H. M. Entre o labor e o lógos: educação em direitos humanos como reabilitação da ação. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – Educação, São Paulo, 2005.
ARAÚJO, C. M. Formando sujeitos. As alianças entre o ensino de História e a educação em Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – RJ – Educação, Rio de Janeiro, 2006.
GOLIN, P. M. Direito à Educação: Educação no Brasil sob a ótica das Constituições Brasileiras, aspectos históricos e sociais. Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – Direito, Marília, 2006.
KLEIN, A. M. Escola e democracia: um estudo sobre a representação de alunos e alunas do ensino médio. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – Educação, São Paulo, 2006.
VIEIRA, E. P. P. Biologia, Direitos Humanos e Educação: Diálogos Necessários. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará – Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2006.
LIMA, M. V. S. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: processo de elaboração e implantação. Universidade Federal de Pernambuco – Educação, Recife, 2007.
SACAVINO, S. Educação em/para os Direitos Humanos em processos de democratização: o caso do Chile e do Brasil. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica – RJ – Educação, Rio de Janeiro, 2008.
WICHER, C. La Torre. Docentes, direitos humanos e (in)disciplina no espaço escolar: perspectivas e limites. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – Educação, São Paulo, 2008.

Fonte: Vivaldo (2009)

Apesar do pioneirismo em levantar a produção acadêmica *stricto sensu* sobre a educação em direitos humanos, o autor (2009), contudo, não informa se utilizou de alguma técnica ou então quais foram os critérios adotados para a confecção de seu quadro de referências e, somente por isso, inviabilizando-o, caso tivesse sido essa a proposta, enquanto um possível instrumento de pesquisa.

Mais recentemente, Maciel (2018) realizou um outro levantamento dos trabalhos *stricto sensu* produzidos em um outro recorte temporal, agora de 2006 a 2017. A autora (2018) ressalta a escassez de trabalhos no campo de estudos da Educação em Direitos Humanos formado no país há relativo pouco tempo, mas que nos últimos anos já começa a se esboçar significativamente.

Tabela 1 – Quantidade de teses e dissertações produzidas sobre educação em direitos humanos segundo o ano (2006-2017), reprodução do quadro elaborado por Maciel (2018)

Ano	Teses	Dissertações
2006	0	0
2007	0	1
2008	0	1
2009	0	4
2010	0	0
2011	0	3
2012	0	3
2013	3	5
2014	1	4
2015	1	9
2016	1	3
2017	0	2
Total	6	35

Fonte: Maciel (2018)

A partir disso, realizou-se então o levantamento do material bibliográfico, teses de doutorado e dissertações de mestrado oriundas de programas de pós-graduação *stricto sensu*, em base de dados a partir da técnica metodológica de pesquisa de estado da arte. Os materiais levantados foram analisados e organizados em *instrumentos de pesquisa*, seguindo-se os esclarecimentos de Bellotto (1979) e demais referenciais consultados que também fizeram uso da técnica.

METODOLOGIA

Os referenciais utilizados para fundamentação nas propriedades e nos procedimentos do estado da arte puderam ser divididos em três tipos. O primeiro tipo de referenciais, de discussões teóricas a respeito das propriedades do estado da arte, a partir de Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006); o segundo tipo, de uso da técnica e exposição de seus procedimentos na prática, a partir de Penitente (2013) e Mariano (2014); e um terceiro e último tipo misto, composto por ambos os tipos anteriores, a partir dos trabalhos de Maciel (2014) e Silva (2020). Dessa forma, teve-se como foco a elaboração dos instrumentos de pesquisa e análise da produção a partir deles, enfocando aspectos e variáveis relevantes da produção: ano de publicação, instituição de origem, resumo, palavras-chave etc.

Assim, para se conhecer as produções *stricto sensu*, aplicou-se a técnica de pesquisa estado da arte para, inicialmente, *levantamento* e, com a análise, *mapeamento* das produções, elaborando-se os respectivos instrumentos de pesquisa. Buscou-se no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) a expressão terminológica “educação em direitos humanos” para localização das produções acadêmicas no período 2006-2018, período delimitado escolhido devido a publicação do PNEDH no ano de 2006 (BRASIL, 2007), documento basilar para a educação em direitos humanos que estabeleceu o momento o qual essa foi normatizada e deferida no país.

Vale ressaltar que tais trabalhos se referem apenas à programas de pós-graduação *stricto sensu*, excluindo-se programas de pós-graduação *latu sensu*, especializações, monografias. Existem vários trabalhos *latu sensu* que tratam a educação em direitos humanos, como o de Araújo (2014)

intitulado *A educação em direitos humanos como fundamento da cidadania* pelo curso de especialização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No entanto, por não se tratar do proposto, esses não serão aqui tratados.

Então com o referido objetivo de se conhecer a literatura que tem sido produzida em relação à temática de educação em direitos humanos, favorecendo a possibilidade de desenvolvimento de outras pesquisas nesse campo, concordamos com Mariano (2014, p. 156) quando esse descreve que “[...] toda categorização é precária, este trabalho de organização dos dados em quadros tem mais uma função heurística que a de uma fronteira rígida de enquadramento dos trabalhos. Os dados que se seguem são frutos da leitura do autor, sendo possíveis outras leituras dos mesmos dados”.

Assim, salientamos que novas categorizações nessa empreitada serão feitas, seja por nós ou por outros(as) pesquisadores(as) que se interessarão para com o mapeamento da produção acadêmica pertinente, continuidade necessária, até mesmo, para a atualização dos dados recentes, visto que a produção que se mantém contínua.

Para que houvesse uma localização que considerasse a totalidade desses trabalhos, considerou-se todos os resultados obtidos com a busca realizada no *site* da plataforma BDTD a partir da terminologia *educação em direitos humanos*. Pelo fato da numerosidade ascendente das produções em e relativas à educação em direitos humanos, realizou-se o mapeamento desse material levantado a fim de organizá-lo sistematicamente com a elaboração de instrumentos de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 69 (sessenta e nove) trabalhos, dentre dissertações e teses, produzidos no período delimitado de dez anos, estruturando-os em um primeiro instrumento de pesquisa disposto na tabela abaixo.

Tabela 2 – Instrumento de pesquisa 01: Quantidade de teses e dissertações produzidas em e relativas à educação em direitos humanos no período de 2006-2018

Ano	Dissertações	Teses
2006	2	0
2007	1	0
2008	2	0
2009	5	0
2010	1	1
2011	4	0
2012	8	0
2013	7	4
2014	11	1
2015	14	1
2016	5	2
2017	9	0
2018	5	0
Total	74	9

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Com base na Tabela 2, ressalta-se que os trabalhos acadêmicos produzidos em ou relativos a essa temática são escassos e recentes, visto que somente entre os anos de 2014 e 2015 sucedeu um aumento significativo em relação à produção dos anos anteriores, embora com determinada queda já no ano seguinte.

Pode-se inferir que esse aumento se deve à publicação das DNEDH no ano de 2012, uma vez que nesse ano o número dissertações dobrou (08 dissertações) em relação ao anterior de 2011 (04 dissertações) e, em 2013, além do número de dissertações ter continuado estável, também houve o aparecimento de teses (04 teses e 07 dissertações) que antes se mantinham quase nulas na produção. Esse crescimento continua nos anos de 2014 (11 dissertações e 01 tese) e 2015 (14 dissertações e 01 tese), principalmente

de dissertações, ainda que nos anos seguintes haja uma queda significativa tanto nas teses quanto nas dissertações, com exceção do ano de 2017 (09 dissertações).

O título da tabela que representa o instrumento foi escolhido propositalmente no que tange ao binômio *em e relativas à*, em razão do que se verificou posteriormente com a análise mais detalhada do material coletado, durante a reunião e organização das dissertações e teses segundo a ordem ascendente temporal. Assim, ao perceber que muitos trabalhos acadêmicos não mantinham no título a terminologia específica *educação em direitos humanos* e, inclusive, muitos deles nem ao menos – ou então somente – se referiam a essa educação nos seus respectivos resumos, realizou-se uma organização temática dos trabalhos em três eixos de análise, seguindo as instruções da técnica de estado da arte e experiências bem-sucedidas, tal como fez Penitente (2013).

Portanto, verificou-se que muitos dos trabalhos não necessariamente se referiam à educação em direitos humanos, mas que apenas produziam uma análise/discussão a respeito da relação entre educação e direitos sob um determinado aspecto ou contexto. Os três eixos desenvolvidos de acordo com as especificidades do material coletado foram, respectivamente: *Eixo 1: teses e dissertações produzidas sobre educação em direitos humanos explicitamente no título do trabalho*, em que os trabalhos abordam a EDH e explicitam essa abordagem em seu título; *Eixo 2: teses e dissertações produzidas sobre educação em direitos humanos, implicitamente e/ou mencionada apenas ao longo do escrito*, em que os trabalhos abordam a EDH e apenas explicitam essa abordagem em seu conteúdo; e *Eixo 3 – dissertações e teses produzidas sobre as relações entre educação e direitos*. Produziram-se três tabelas caracterizando os referidos trabalhos aglutinados no recorte temporal então eleito, as quais se apresentam a seguir.

Tabela 3 – Eixo de análise 1: teses e dissertações produzidas no período de 2006-2018 sobre educação em direitos humanos explicitamente no título do trabalho

Ano	Dissertações	Teses
2006	0	0
2007	1	0
2008	1	0
2009	4	0
2010	0	0
2011	2	0
2012	4	0
2013	6	3
2014	5	0
2015	10	0
2016	1	0
2017	5	0
2018	4	0
Total	43	3

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Os trabalhos inseridos no *Eixo 1: dissertações e teses produzidas sobre educação em direitos humanos explicitamente no título do trabalho*, dizem respeito aos trabalhos coletados desse período que expressam explicitamente no próprio título que o trabalho se refere a essa perspectiva de educação e, assim, insere-se no campo acadêmico homônimo. Percebe-se que a expressividade demonstrada entre os anos de 2014 e 2015, sobretudo de 2015, de produção dos trabalhos acadêmicos sobre e relativos à educação em direitos, tem como maior desígnio esse primeiro eixo de trabalhos que manifestam explicitamente tratar dessa educação.

Tabela 4 – Eixo de análise 2: teses e dissertações produzidas sobre a educação em direitos humanos no período de 2006-2018 implicitamente no título e mencionada apenas no conteúdo do trabalho

Ano	Dissertações	Teses
2006	2	0
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	0	0
2011	1	0
2012	2	0
2013	0	0
2014	3	1
2015	3	0
2016	2	1
2017	2	0
2018	0	0
Total	15	2

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

A elaboração do *Eixo 2: dissertações e teses produzidas sobre a educação em direitos humanos, implicitamente no título do trabalho e mencionada apenas no conteúdo do trabalho*, foi devido ao número considerável de trabalhos que não mencionavam explicitamente a educação em direitos humanos em seu título, seja apenas no título, seja no título e no resumo do trabalho, mas que em algum momento chegavam a tratar dessa educação no resumo do trabalho.

Como esse segundo eixo se subordina e demonstra relação de dependência com o eixo anterior, não houve numerosidade similar, ainda assim, que teve de ser elaborado para distinção dos trabalhos alocados no eixo anterior devido a tais particularidades destoantes aos demais trabalhos que abordam a educação em direitos humanos, pois, conforme a primeira tabela, tanto o Eixo 1 quanto o Eixo 2 tratam-se do primeiro aspecto do

binômio, isto é, os trabalhos de ambos os eixos são *sobre a educação em direitos humanos*.

Tabela 5 – Eixo de análise 3: teses e dissertações produzidas no período de 2006-2018 sobre relações entre educação e direitos humanos

Ano	Dissertações	Teses
2006	0	0
2007	0	0
2008	1	0
2009	1	0
2010	1	1
2011	1	0
2012	2	0
2013	1	1
2014	3	0
2015	1	1
2016	2	1
2017	2	0
2018	1	0
Total	16	4

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Os trabalhos atribuídos ao Eixo 3: dissertações e teses produzidas sobre as relações entre educação e direitos humanos, foi o principal ocasionador da presente divisão dos trabalhos coletados em uma organização temática a partir de eixos específicos, pois esse se refere ao segundo aspecto do binômio *sobre e relativas à* (diferindo-se veementemente dos eixos anteriores). Agora, esse eixo se refere aos trabalhos que abordam questões relativas à educação em direitos humanos, mas que não trata dessa educação em específico, no caso, constituindo apenas um estudo/pesquisa que explora os temas educação e direitos humanos, analisando-os e tecendo uma discussão entre ambos em determinada abordagem e direcionamento.

Para a estruturação dos trabalhos acadêmicos nos três eixos desenvolvidos, considerou-se os elementos pré-textuais dos trabalhos e, em

alguns casos, algumas consultas nos elementos textuais. No entanto, não se realizou a leitura sistemática de todos os trabalhos coletados, selecionando para a leitura minuciosa e apropriação para o referencial teórico pertinente apenas aqueles que demonstraram interesse contundente para com a presente pesquisa. Nesse sentido, produziu-se um quadro informativo-descritivo com os dados sobre os trabalhos, denominando-se, segundo a técnica de estado da arte, de catálogo, recurso conveniente para pesquisas dessa natureza e que traz:

[...] os títulos das dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas também os dados identificadores de cada pesquisa quanto aos nomes do autor e do orientador, do local, data da defesa do trabalho, da área em que foi produzido. Os dados bibliográficos são retirados das dissertações de mestrado e das teses de doutorado para serem inseridos nos catálogos. (FERREIRA, 2002, p. 261).

Entretanto, por não se tratar do foco da pesquisa realizada, não houve aprofundamento na constituição do catálogo, até porque o foco maior de investigação e aprofundamento do referencial bibliográfico, especialmente de fundamentações teóricas e epistemológicas, é para com os estudos de gênero e a literatura de desenvolvimento moral, assim, visando a análise da formação dos(as) graduandos(as) por meio das categorias eleitas (conhecimentos, concepções e condutas) e das qualidades dos níveis de julgamento moral. A disposição dos itens mencionados por Ferreira (2002) no quadro se apresentou da seguinte forma: autor; título, tipo (se é mestrado ou doutorado); instituição que se vincula; e ano de publicação, como se verifica abaixo.

Para uma visão ainda mais sistematizada da produção acadêmica conforme disposta acima, extensa e numerosa, elaborou-se um novo instrumento de pesquisa, agora especificando as características de produção dos trabalhos, como IES de origem, localização geográfica, resumo, palavras-chave, ano de publicação, autoria e outras variáveis pertinentes. Pelos limites deste texto, o instrumento não será aqui disposto na íntegra. Dessa forma, a seguir apresentam-se as análises feitas com base nesse instrumento.

Primeiro, para detectar os maiores polos de produção sobre a educação em direitos humanos no Brasil neste segundo instrumento de pesquisa, dispôs-se a tabela a seguir.

Tabela 6 – Quantidade de teses e dissertações produzidas em/relativas à educação em direitos humanos no período de 2006-2018 segundo instituição de origem

Nome da Instituição	Dissertações	Teses	Total
Escola Superior de Teologia (EST)	2	0	2
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	1	0	1
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	0	1	1
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	0	2	2
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	0	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1	0	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1	0	1
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1	0	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1	0	1
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1	0	1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1	0	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	17	2	19
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	9	0	9
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	0	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	0	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	0	1
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	2	0	2
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1	0	1
Universidade de Brasília (UnB)	4	0	4
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	5	0	5
Universidade de São Paulo (USP)	12	3	15
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	2	0	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	0	1	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	3	0	3
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	1	0	1

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1	0	1
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	1	0	1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	2	0	2
Total	74	9	83

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Com base na Tabela 6, observa-se que maioria dos trabalhos decorrem de PPGs da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), respectivamente regiões sudeste e nordeste. A seguir, para se constatar esse dado com as demais regiões, dispõe-se a seguinte figura:

Figura 1 – Mapa representativo da quantidade de pesquisas stricto sensu produzidas em/relativas à educação em direitos humanos no período de 2006-2018 segundo região de origem



Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Ressalta-se que seus maiores polos produtores são a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), respectivamente regiões sudeste e nordeste. Ressalta-se que a produção acadêmica *strictu sensu* da EDH, apesar de ainda pequena e oriunda de um campo de estudos formado em tempo recente, encontra-se restringida a tais áreas e polos altamente produtivos, e, logo, regiões do país, em detrimento dos demais polos produtores de trabalhos vinculados a ela.

A seguir, encontra-se uma nova e última tabela elaborada, agora com a preocupação de sistematizar os trabalhos levantados a partir de sua área de abrangência disciplinar, no propósito de verificar as principais áreas atuantes na produção do campo dos direitos humanos e da educação em direitos humanos. A tabela foi composta, então, da seguinte forma: Área disciplinar (referente ao programa de pós-graduação que erige); dissertações; teses; e quantidade total dos trabalhos.

Tabela 7– Quantidade de teses e dissertações produzidas em/relativas à educação em direitos humanos no período de 2006-2018 segundo área disciplinar

Área disciplinar	Dissertações	Teses	Total
Direito	38	2	40
Educação	27	6	33
Ensino	2	0	2
Políticas Públicas	2	0	2
Psicologia	1	1	2
Saúde Coletiva	1	0	1
Serviço Social	1	0	1
Teologia	2	0	2
Total	74	9	83

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações

Viu-se que a maioria dos trabalhos se concentram na área do Direito, segmentando-se em programas de pós-graduação específicos aos tópicos de Direitos humanos; Ciências Jurídicas; Direito Constitucional;

Filosofia do Direito; Direito e Inovação; Direito Político e Econômico, dentro dessa grande área disciplinar. Já a segunda maior concentração deuse à área de Educação, em que os programas de pós-graduação relativos aos trabalhos segmentam-se, além do próprio tópico homônimo, em programas com tópicos relativos a Educação em Ciências Matemáticas, Educação Matemática e Tecnológica; Educação Ambiental; e Educação, Arte e História da Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo conhecer a produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre a educação em direitos humanos (EDH) e situá-la no campo de estudos homônimo, Educação em Direitos Humanos, que tem se consolidado nos últimos anos. A partir de extenso levantamento disponibilizado pela técnica de estado da arte, pôde-se alcançar um panorama inicial das pesquisas pertinentes.

Como principal resultado dessa primeira análise do material levantado, ressalta-se que a produção acadêmica *strictu sensu* da EDH, apesar de ainda pequena e oriunda de um campo de estudos formado em tempo recente, encontra-se restringida a tais áreas e polos altamente produtivos, e, logo, regiões do país, em detrimento dos demais polos produtores de trabalhos vinculados a ela. Novas análises, com base nos instrumentos de pesquisa produzidos pelo levantamento do estado da arte, são sugeridas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. I. S. *A educação em direitos humanos como fundamento da cidadania*. 46 f. 2014. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- BELLOTTO, H. L. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979. *Anais [...]*Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1982. p. 133-147.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 de maio de 2012.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2013.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

MACIEL, F. I. P. Alfabetização no Brasil: pesquisas, dados e análise. In: MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. S. (orgs.). *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 109 - 130.

MACIEL, T. S. *Educação em direitos humanos: concepções de professores de educação infantil*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

MARIANO, A. L. S. A presença da diversidade cultural nas pesquisas sobre formação docente. In: FERREIRA, A. J. (org.). *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 153-178.

MATOS, J. C. A educação superior e a pesquisa com foco nos direitos humanos. In: SILVA, A. M. M. (org.). *Educação superior: espaço de formação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção Educação em Direitos Humanos).

PENITENTE, L. A. A. *A pesquisa pedagógica nos cursos de licenciatura em pedagogia: aspectos do trabalho desenvolvido pelos professores*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. Relatório Final de Pesquisa de Pós-Doutorado.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SILVA, A. M. M. Elaboração, execução e impacto do plano nacional de educação em direitos humanos: estudo de caso no Brasil. In: BRABO, T. S. A. M.; REIS, M. *Educação, direitos humanos e exclusão social*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 37-50.

SILVA, M. E. F. Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral de três Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2008-2019). *Schème: revista eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, Marília, v. 12, n. 1, p. 166-204, 2020.

VIOLA, S. E. A. Políticas de educação em direitos humanos. *In: SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. (org.). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.* São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-40.

VIVALDO, F. V. *Educação em direitos humanos: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira.* 159 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZENAIDE, M. N. T. Os desafios da educação em direitos humanos no ensino superior. *In: SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. (orgs.). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.* São Paulo: Cortez, 2010. P. 64-83.

